

O grupo de pesquisa “Linguagem, Educação e Comunicação - LEC” e suas recentes investigações sobre o papel da linguagem hipermídia nos processos formativos

Lucila Pesce

O presente livro apresenta os recentes estudos e investigações do grupo de pesquisa *Linguagem, Educação e Comunicação* (LEC), por mim criado e coordenado, desde outubro de 2012.

Tendo como objeto amplo de investigação o papel da linguagem hipermídia (Bairon, 2011) do ciberespaço na constituição dos sujeitos sociais contemporâneos, o LEC desenvolve seus estudos e pesquisas sobre os processos formativos, na educação formal e não formal, por meio de duas linhas de pesquisa.

A linha de pesquisa 1 – *Educação e linguagem hipermídia* – tem como região de inquérito os aspectos ontológicos e gnosiológicos inerentes à formação dos sujeitos sociais, na educação formal e não formal, levando em conta os processos de socialização mediados pelos atuais signos culturais. Em refuta à hegemônica coisificação dos processos constitutivos hodiernos, o LEC assume uma chave de leitura dialética da linguagem hipermídia, ao tensionar seus limites e possibilidades para os processos formativos humanizadores.

Em um momento histórico em que muitas práticas sociais têm se valido da linguagem hipermídia, linguagem própria do ciberespaço, a linha de pesquisa 2 – *Formação de educadores e linguagem hipermídia* – busca compreender os aspectos constitutivos da formação inicial e continuada dos/as

profissionais da educação básica (professores/as, gestores/as educacionais e supervisores/as de ensino), levando em consideração as contradições inerentes a esse fenômeno social. Nesse movimento, a linha de pesquisa investiga as implicações dessas práticas sociais nas ações pedagógicas e na constituição da identidade professoral.

Atualmente, o LEC desenvolve dois projetos de pesquisa sob minha coordenação, que operam com as duas linhas de pesquisa, de modo orgânico. Qual seja, pode haver uma prevalência do vínculo dos projetos a uma determinada linha de pesquisa, mas não uma exclusividade.

O projeto de pesquisa *“Dispositivos digitais, Paulo Freire e decolonialidade: confrontos e avanços nos processos formativos”*, desenvolvido com fomento do edital CNPq n. 9/2022, bolsa de Produtividade em Pesquisa, vincula-se mais fortemente à linha de pesquisa 1: *Educação e linguagem hipermídia*.

Na contemporaneidade, o uso intensivo dos dispositivos digitais tem provocado o recrudescimento, por parte dos setores reacionários, de narrativas que se utilizam de *fake news*, de *deep fake* e do discurso do ódio contra as minorias sociais. Mas, como todo e qualquer artefato cultural apropriado pelo capital, os dispositivos digitais abrem brechas para práticas sociais que se contrapõem às posições reacionárias e suas narrativas negacionistas. Considerando essa problemática social, o projeto de pesquisa tem como objetivo geral investigar os confrontos e os avanços que se apresentam às práticas sociais veiculadas no ciberespaço, em coletivos públicos voltados ao engajamento das minorias sociais para com suas causas (Habermas, 2002, 2003), valendo-se das premissas decoloniais e da proposta educacional freiriana.

O estudo tem como *corpus* páginas eletrônicas de coletivos públicos criados com o fim específico de promover o en-

gajamento com as causas das minorias sociais. Os eixos temáticos “Formação de Professores” e “Educação e Comunicação” são analisados a partir do seguinte quadro teórico de referência: a) Educação Popular Freiriana (Freire, 2006; 2008; 2013; 2016; Joaquim e Pesce, 2021); b) Decolonialidade (Dussel, 1995; hooks, 2013; Mignolo, 2003; Oliveira e Candau, 2010; Quijano, 2005; Walsh, 2009); c) Teoria Crítica (Adorno e Horkheimer, 1985; Benjamin, 1987; Habermas, 2002).

O projeto situa-se como estudo de casos múltiplos (Stake, 1995) sobre práticas sociais veiculadas no ciberespaço, com destaque para a defesa de importantes causas que batem às portas das escolas públicas, tais como: relações étnico-raciais, questões de gênero e sexualidade, dentre outras. De abordagem qualitativa (Bogdan e Biklen, 1994), as pesquisas que integram esse projeto “guarda-chuva” são desenvolvidas como ensaio teórico, como pesquisas empíricas – pesquisas exploratórias (Gil, 2002), estudos de caso (André, 2005), pesquisa-formação (Josso, 2020; Santos, Ribeiro e Santos, 2018) e pesquisa narrativa (Clandinin e Connelly, 2011) – e como revisão de literatura (Dilmeire e Romanowski, 2014). As pesquisas empíricas valem-se da análise documental (Lima Jr., 2021), da análise temática de conteúdo (Bardin, 2011) ou da análise do discurso (Orlandi, 2015) de *posts* em coletivos públicos, com categorias definidas segundo o modelo misto (Laville e Dionne, 1999). O projeto tem como foco as contradições inerentes à esfera pública do século XXI, em especial, ao ativismo em rede, que, a despeito de algumas ações voltadas à formação humana, infelizmente tem sido cooptado com maestria pela extrema direita, para a disseminação eficaz do seu pleito.

O projeto de pesquisa *“Linguagem hipermídia e práticas sociais contemporâneas: consistências e fragilidades na formação de professores da educação básica”* vincula-se mais fortemente à segunda linha de pesquisa: *Formação de*

Educadores e Linguagem Hipermissão. Considerando o atual momento histórico, em que diversas práticas sociais são exercidas num híbrido entre cultura e cibercultura, o projeto de pesquisa busca investigar as consistências e as fragilidades da linguagem hipermissão, sobretudo a veiculada nas redes sociais digitais (RSD), para a formação dos/as profissionais da educação básica e seus desdobramentos junto aos/às estudantes. Esse segundo projeto opera com o mesmo quadro teórico de referência do primeiro, ensejando pesquisas exploratórias, pesquisas-formação ou estudos de caso sobre ações e/ou programas de formação, com vistas a problematizar este tema no campo da formação de professores da educação básica.

Urge asseverar a ideia de que desenvolver nossas práticas sociais no interstício entre o presencial e o digital insere-se como um imperativo para o pleno exercício da cidadania contemporânea. Conforme demarcado por Joaquim, Vóvio e Pesce (2020), a cultura digital tem adquirido tamanha centralidade que é possível dizer que há uma sociedade grafocêntrica digital, na medida em que um número crescente de práticas sociais e produções culturais muito valorizadas já não mais dependem unicamente da oralidade ou da escrita, mas do domínio de habilidades que envolvem a linguagem hipermissão (Bairon, 2011) e de um *ethos* que lhe é próprio.

Há vinte e oito anos, Steven Johnson (1997) esclarece que a coexistência da comunicação de massa e da inovação criativa faz com que as interfaces digitais impactem, sobremaneira, a forma como pensamos e nos comunicamos. Com isso, o estudioso sinaliza o papel fulcral que o *design* de interface exerce na sociedade contemporânea. Argumento semelhante há tempos tem sido desvelado nos estudos de Lev Manovich (2001). Tais considerações são vivenciadas até hoje, por muitos/as de nós, nas mais distintas esferas do nosso cotidiano.

Castells (1996; 2012) - amparado em pesquisas realizadas nos Estados Unidos, Ásia, América Latina e Europa - reflete sobre os desdobramentos das mídias digitais nas atuais organizações societárias. Ao fazê-lo, anuncia que, na cultura da virtualidade real, assistimos à integração da comunicação eletrônica e ao fim da hegemonia da audiência de massa, em virtude do surgimento das redes interativas. Em uma perspectiva complementar, Pierre Lévy (1997; 2014) acena que, analogamente à escrita e à imprensa, as tecnologias da informação trazem consigo um novo modo de pensar o mundo e de conceber as relações com o conhecimento.

Mobilidade, conectividade, ubiquidade e hibridismo integram as atuais práticas sociais de vários/as jovens e crianças, na contemporaneidade, inclusive os/as que não têm acesso à Internet em casa, mas a utilizam na escola e em telecentros patrocinados pelo Estado. Esse novo contexto sociotécnico (Manovich, 2001) tem demandado novos saberes dos professores. Saberes que vão além da mera fluência tecnológica e abarcam uma visão crítica sobre os limites e as possibilidades das mídias digitais nos processos formativos, como é o caso dos coletivos públicos engajados nas causas das minorias sociais.

Silva *et al.* (2005), reconhecendo a polifonia do conceito de inclusão digital - que abarca, inclusive, a discussão entre inclusão digital e letramento digital (Buzato, 2003) - sinalizam a tríade existente entre inclusão digital, inclusão social e sociedade igualitária. Ao fazê-lo, os/as autores/as destacam que a inclusão digital deve ter como ponto de partida o acesso à informação nos meios digitais e, como ponto de chegada, a assimilação da informação e reelaboração, em novo conhecimento. Ao destacar que a cidadania deve buscar um movimento que parte da esfera da informação à interpretação da realidade e construção de sentido, Silva *et al.* (2005) salientam a importância de as mídias digitais estarem sempre

em favor dos interesses individuais e, sobretudo, comunitários. Nesse movimento, trazem à discussão o termo *Information literacy education*, para resgatar a ideia de que *information literacy* é uma questão de educação e, como tal, deve estar no cerne da sociedade incluída.

Os/As teóricos/as aqui mencionados apontam importantes aspectos. Um deles refere-se aos desdobramentos da linguagem hipermídia na constituição das subjetividades contemporâneas e nas novas práticas sociais que delineiam um novo cenário para a educação. Outro aspecto diz respeito à importância de o/a professor/a perceber a linguagem hipermídia como instrumento de intervenção na sociedade democrática, situando-se como 'professores autores em rede', na expressão de Bonilla e Pretto (2011).

Em um momento histórico de restrição do uso de celulares e de outros dispositivos móveis na escola, exceto com finalidade pedagógica (Brasil, 2025), os/as professores/as precisam estar atentos às contradições inerentes às tecnologias, como todo e qualquer aparato simbólico apropriado pelo capital (Pesce, 2007). Para tanto, devem ser devidamente formados para o uso pedagógico da linguagem hipermídia, em uma perspectiva que não fetichize a técnica, na acepção frankfurtiana (Adorno e Horkheimer, 1985).

No tocante à *Educação Popular Freiriana* e aos estudos da *Decolonialidade*, vale destacar que ambos os campos estão intimamente imbricados, considerando que as premissas educacionais freirianas integram a genealogia dos estudos decoloniais, tal como sinalizado em publicação anterior (Joaquim e Pesce, 2021).

Concordamos com Quijano (2005), para quem a colonialidade tece relações de poder entre povos e países, de modo a penetrar várias esferas nas quais os sujeitos contemporâneos exercem suas práticas sociais. No mundo do

trabalho, o eurocentrismo está cada vez mais presente no capitalismo mundial; com isso, aos países centrais cabe o desenvolvimento da ciência e tecnologia (mais bem remunerado) e aos periféricos do Sul Global, o trabalho menos intelectual (com remuneração mais baixa). Esta relação assimétrica coaduna-se com a colonialidade presente na esfera do conhecimento eurocêntrico, que legitima os saberes produzidos pelas culturas dos países centrais, em detrimento dos saberes produzidos por outras culturas, como as indígenas e as de matrizes africanas, para citar alguns exemplos. Nesse movimento, as relações intersubjetivas erguem-se em meio a uma estratificação, com base nas questões de raça, gênero, orientação sexual etc.

Atento à colonialidade do poder, do saber e do ser, Quijano adverte:

Não é, pois, um acidente que tenhamos sido, por enquanto, derrotados em ambos os projetos revolucionários, na América e em todo o mundo. O que pudemos avançar e conquistar em termos de direitos políticos e civis, numa necessária redistribuição do poder, da qual a descolonização da sociedade é a pressuposição e ponto de partida, está agora sendo arrasado no processo de reconcentração do controle do poder no capitalismo mundial e com a gestão dos mesmos responsáveis pela colonialidade do poder. Consequentemente, é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos. (2005, p. 138-139).

Ao trazer as questões da decolonialidade para a educação, Walsh (2009), que estudou com Paulo Freire e reconhece a íntima relação entre educação popular freiriana e

pedagogia decolonial, advoga em favor desta perspectiva educacional. Ao fazê-lo, releva a importância de os educadores romperem com a lógica da colonialidade, se o que se pretende é que a educação seja uma instância favorecedora da transformação social. Nesse movimento, Walsh assevera a necessidade de as práticas sociais contemporâneas guiarem-se por uma perspectiva diversa da hegemônica (eurocêntrica). Daí sua percepção de que a educação se erga em meio à interculturalidade e à insurgência às premissas educacionais dominantes, com vistas a estabelecer fortes vínculos com a educação popular e com os movimentos sociais, bem como a valorizar os saberes não escolares.

Outra referência da pedagogia decolonial é bell hooks (2013). As duas importantes estudiosas da pedagogia decolonial - Walsh e hooks - estabeleceram um diálogo intenso e profícuo com Paulo Freire. Daí o argumento de que as premissas educacionais freirianas inserem-se na genealogia decolonial, como já mencionado em publicação anterior (Joaquim e Pesce, 2021).

Dentre as muitas contribuições de hooks, em estreita relação com as premissas freirianas, trago a ideia de que a língua pode tanto ser utilizada como instrumento de opressão, como de libertação. Na perspectiva libertadora, a língua consubstancia-se como elemento primordial para que o oprimido, em uma primeira etapa, consiga apropriar-se do conhecimento socialmente legitimado e, na etapa seguinte, por meio do pensamento crítico, seja capaz de promover práticas culturais transgressoras do *status quo*. Como expressão de identidade e pertencimento (hooks, 2013), cabe a nós, educadores/as, operar com a língua com vistas a que os/as estudantes compreendam essas relações.

No livro "Pedagogia da Esperança" (2013), Freire aborda a questão da colonialidade, na medida em que situa sua pro-

posta educacional como uma utopia política a ser buscada, mediante proposição de práticas pedagógicas que valorizem as memórias dos movimentos de resistência. Para Freire, a tematização do conhecimento deve partir dos saberes contextuais dos/as estudantes e estar a serviço da problematização deste conhecimento, tal como dito por nós, em publicações anteriores (Pesce, 2010; Pesca e Bruno, 2015, 2022; Joaquim e Pesca, 2021).

Na obra "Extensão ou Comunicação?" (2006), Freire adverte para a inadequação de os agrônomos-educadores do Chile acreditarem na possibilidade de capacitar os camponeses com enfoque tão somente nas questões técnicas, ignorando que "[...] a técnica e a ciência estão histórica e socialmente condicionadas, assim como o conhecimento experiencial do camponês". (p. 924). Com isso, Freire põe às claras a noção de que a educação deve se dar em outras bases, respeitadas para com os saberes populares. Nesse sentido, vale recuperar a ideia por nós anunciada (Joaquim e Pesca, 2021) sobre a necessidade de que a pedagogia, ao assumir uma perspectiva decolonial, assuma uma postura insurgente, ao identificar e denunciar a colonialidade inerente ao pensamento educacional hegemônico e às políticas educacionais a ele subservientes.

Essas breves considerações teóricas buscam melhor contextualizar o quadro teórico de referência das investigações do LEC, as quais têm fornecido subsídios para delinear uma ação formativa voltada às licenciaturas da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Unifesp, por meio da disciplina eletiva "Paulo Freire, cultura digital e empoderamento - questões para a educação básica".

A despeito do recrudescimento dos discursos reacionários, o movimento contra hegemônico engajado com as causas das minorias sociais vem ganhando força nos coletivos públicos veiculados no ciberespaço. Nesse contexto, as pesquisas ora apresentadas buscam compreender os confrontos e os avanços

das práticas sociais veiculadas no ciberespaço, nos coletivos públicos engajados com as causas das minorias sociais. A partir das premissas da decolonialidade e da educação popular freiriana, as investigações do LEC - vinculadas aos dois aludidos projetos de pesquisa “guarda-chuva” sob minha coordenação - contribuíram para o desenho das ações formativas ofertadas pelo LEC a profissionais da educação básica (professores/as, gestores/as escolares, supervisores/as de ensino...), por meio do curso de extensão universitária “Cultura digital, ativismo em rede e empoderamento de grupos sociais subalternizados: a contribuição de Paulo Freire para as questões contemporâneas”. A partir das premissas da decolonialidade e da educação popular freiriana, o curso extensionista volta-se à reflexão sobre as práticas sociais veiculadas no ciberespaço, engajadas com as causas das minorias sociais. Cumpre esclarecer que, em virtude da oferta remota, as duas primeiras edições do curso abarcaram profissionais da educação básica do estado de São Paulo e de outros estados da federação.

As pesquisas do LEC têm procurado contribuir para os estudos do campo educacional, por meio da disseminação dos seus achados em artigos publicados em periódicos científicos e em anais de eventos acadêmicos, como os da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação – ANPEd, do Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – ENDIPE, do Encontro Brasileiro de Educomunicação – EDUCOM, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura – ABCiber, do Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica – CIPA, o Simpósio de Grupos de Pesquisa sobre Formação de Professores do Brasil, entre outros. Para além dessas formas de divulgação, o LEC apresenta, por meio da presente obra, o conjunto das suas recentes investigações acadêmicas, desenvolvidas em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Educação

(PPGE) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), acrescidas de uma pesquisa de iniciação científica desenvolvida com fomento do CNPq - PIBIC.

Esta obra é composta por quatorze capítulos, dispostos em três seções, a saber: ensaios teóricos, pesquisas empíricas, revisões de literatura.

Com o título de “Utopística e inédito-viável: diálogos teóricos para imaginar alternativas decoloniais na Educação de Jovens e Adultos”, *Bruno dos Santos Joaquim* apresenta o primeiro capítulo da primeira seção (ensaios teóricos). O texto é um desdobramento da sua pesquisa de doutoramento em educação já defendida, acrescida dos seus estudos de pós-doutorado. Valendo-se de Immanuel Wallerstein e de Paulo Freire, o autor propõe “[...] um repensar da utopia, com base nos conceitos de utopística e inédito-viável, para imaginar alternativas decoloniais na EJA”.

O doutorando *Júnior Leandro Gonçalves* responde pela autoria do segundo capítulo da primeira seção (ensaios teóricos): “Entre o Sagrado e o Profano: a influência do neoconservadorismo nas Políticas Educacionais no cenário político brasileiro dos últimos anos”. Ao considerar que a sociedade brasileira tem vivenciado, nos últimos anos, ataques ofensivos de uma ala conservadora, da ultradireita e de grupos sectaristas direcionados, principalmente, a “minorias” que se desviam do caráter heteronormativo e aos feminismos, o capítulo apresenta aspectos teóricos no âmbito das políticas de educação brasileira, com vistas a revelar elementos simbólicos, materiais e institucionais que marcam e influenciam diretamente a realidade educacional.

Mariana Zambon Ferreira Braga assina o terceiro capítulo desta seção de ensaios teóricos: “Tecnologias digitais na educação: entre o fetiche, a colonialidade e a realidade”. O texto integra a sua pesquisa de mestrado acadêmico em educação, já

concluída. Nele, a autora examina “[...] a relação entre tecnologias digitais na educação e a colonialidade do saber e do poder, discutindo a fetichização da tecnologia como uma fórmula mágica para resolver os problemas educacionais e explorando as tensões e contradições inerentes ao seu uso”.

A segunda seção (pesquisas empíricas) inicia-se com quatro capítulos que analisam práticas sociais veiculadas em coletivos públicos do ciberespaço. O quinto capítulo dessa seção relata uma ação formadora junto a adolescentes em condição de vulnerabilidade social, desenvolvida no campo da educação não formal, com forte apoio da linguagem hipermídia. A seção das pesquisas empíricas encerra-se com três capítulos sobre a formação continuada de profissionais da educação básica.

A pesquisa de pós-doutoramento em educação de *Felipe Mattei* segue relatada no primeiro capítulo da segunda seção, sob o título “Grupos ativistas indígenas: uma análise empírica sobre o ato comunicativo”. O capítulo relata como “[...] a intersubjetividade e a educação não-formal presente nas redes digitais ativistas podem contribuir para o processo de construção de conhecimento e a formação do sujeito indígena brasileiro”. Nesse movimento, o texto põe às claras “[...] o processo de reconhecimento dos grupos indígenas brasileiros conectados nas redes digitais por meio da plataforma online Facebook, por ser uma das principais redes sociais digitais do Brasil”.

Sob o título de “Empoderamento freiriano e decolonialidade: caminhos para processos formativos no uso das redes sociais digitais por um grupo feminista”, *Marina Prado Gomes* relata sua pesquisa de mestrado acadêmico já concluída. A pesquisa tem como *corpus* o “Coletivo Público Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência”. O texto “[...] destaca a importância das redes sociais digitais para grupos marginalizados,

como o das mulheres com deficiência, proporcionando um espaço de luta e transformações social [...]”.

Quesia Domingues assina o capítulo “Memes antifeministas: restrição e retrocesso *on-line*”, oriundo da sua pesquisa de mestrado acadêmico já concluída. O texto apresenta “[...] quatro análises ilustrativas de memes antifeministas compartilhados no último ano de mandato do então ex-presidente Jair Bolsonaro (Domingues, 2022) [...]”. Ao fazê-lo, a autora sinaliza “[...] que os memes políticos configuram-se como ferramentas didáticas importantes para engendrar práticas educativas [...] que problematizem enunciações opressivas, cujo objetivo é silenciar as vozes minoritárias”.

O capítulo “Pedagogia decolonial, empoderamento freireano e ativismo em rede: pesquisa exploratória de *podcasts* de autoria negra”, de *Andressa Aparecida da Silva*, emana da sua pesquisa de iniciação científica desenvolvida com fomento do CNPq - PIBIC. O estudo buscou compreender de que modo os *podcasts* de autoria negra “História Preta” e “Afetos”, imbricados às premissas da pedagogia decolonial, podem contribuir para o empoderamento freireano em espaços de formação não escolar, corroborando os conceitos do net-ativismo (ou ativismo em rede). A autora sinaliza o potencial destes artefatos culturais para o fortalecimento de práticas sociais libertadoras e transgressoras.

A discussão prossegue com o capítulo de *Andressa Luzirãõ*: “Experiência autêntica e racionalidade crítica em práticas educomunicativas do projeto Memórias em Rede: contribuições da educação não formal à escola pública”. O texto emana da sua pesquisa-formação em desenvolvimento, em nível de doutorado. A autora apresenta práticas educomunicativas do projeto “Memórias em Rede”, desenvolvido pelo Instituto Devir Educom, em escolas públicas do município de Santos-SP, desenvolvido sob perspectiva freireana e com forte apoio d alin-

guagem hipermídia. As ações analisadas pela pesquisadora situam-se como proposições que contrapõem a temporalidade disciplinada pelo capital, buscando processos de aprendizagem ocorrentes em um tempo kairológico/vivencial e amparados na racionalidade crítica contribuinte da formação ética e humana de adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

O primeiro capítulo sobre processos formativos dos profissionais da educação é de autoria de *Valter Pedro Batista*. "A formação docente e as tensões entre o instituído e o instituinte: um estudo sobre as práticas transformadoras na educação básica". Ao investigar as tensões na formação docente, analisando a relação entre normas institucionais (instituído) e práticas inovadoras (instituinte) que emergem na educação básica, o texto, oriundo da sua tese de doutorado já defendida, busca compreender como as políticas educacionais regulam os processos formativos dos/as professores/as e, ao mesmo tempo, como suas experiências individuais e coletivas podem potencializar mudanças pedagógicas.

A discussão sobre os processos formativos e identitários dos/as profissionais da educação prossegue com o capítulo "A educação pública em tempos de pandemia: reflexões sobre exclusão digital e desigualdades", de *Sílvia Cristina Gomes Nogueira*. Fruto da tese de doutorado já defendida, o texto busca compreender as barreiras tecnológicas enfrentadas pela escola, no ensino remoto emergencial da rede estadual de São Paulo, à época do período pandêmico. Ao fazê-lo, a pesquisadora avalia a efetividade das iniciativas governamentais para mitigar os efeitos da exclusão digital, analisando as políticas públicas de inclusão digital implementadas pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo - SEDUC-SP e seus impactos sobre estudantes e docentes do ensino médio.

A segunda seção encerra-se com o capítulo de *Márcia Regina Marques*. "O colaborador pedagógico em tecnologias

educacionais: formando formadores na rede municipal de educação de Santos”, fruto da sua pesquisa de mestrado acadêmico já concluída. A autora esclarece que cabe ao Colaborador Pedagógico formar e amparar “[...] os professores no uso dos recursos digitais, visando integrá-los de maneira crítica às práticas pedagógicas cotidianas”, levando em consideração seus saberes prévios, suas experiências e as circunstâncias materiais que se lhes apresentam no cotidiano laboral.

Por fim, a terceira seção relata três revisões de literatura. A primeira, de autoria de *Shirlei Alexandra da Cunha*, intitula-se “A quantas andam os estudos acadêmicos sobre o protagonismo negro na mídia televisiva?”. Este capítulo integra a pesquisa de doutorado em desenvolvimento pela autora. Os achados da revisão de literatura sobre o negro e seu papel de protagonismo na mídia televisiva indicam que a relativa ausência de materiais sobre o objeto de pesquisa sinaliza certa fragilidade no campo, o que demonstra a contribuição da investigação em curso para as pesquisas do campo.

O segundo capítulo desta seção é assinado por *Geane Carneiro dos Santos Viera*, sob o título “A identidade do coordenador pedagógico em pesquisas acadêmicas: denúncias e anúncios no tocante à sua constituição profissional”. A revisão de literatura compõe sua tese de doutorado já defendida e acaba por deflagrar anúncios e denúncias relativos à constituição identitária deste profissional da educação básica.

O livro encerra-se com o capítulo da doutoranda *Mariana Lettieri Ferreira*: “O jogo de Mancala e práticas pedagógicas antirracistas e decoloniais: uma revisão de literatura”. O texto apresenta a revisão de literatura sobre “[...] o ensino do jogo de tabuleiro originário do continente africano “Mancala” (nas suas diversas variações) e práticas pedagógicas decoloniais, contra hegemônicas e antirracistas, amparadas pela lei 10.639/03”. A

autora conclui o capítulo com a importante consideração sobre a importância da “[...] tomada de consciência enquanto educadores em um mundo multicultural é fundamental para que não sejam perpetuados pontos de vista parciais e preconceituosos [...]”.

Importante observar que os estudos e pesquisas do LEC erguem-se em meio a um diálogo profícuo com outros dois grupos: Grupo de Estudos e Pesquisas Freirianos (UNIFESP); Grupo de Estudos “Letramentos e Decolonialidade” (UNIFESP e UdeA - Colômbia).

Ao apresentar suas recentes investigações acadêmicas, que integram os dois projetos de pesquisa supracitados, que são por mim coordenados, nós, pesquisadores/as do *Grupo de Pesquisa LEC – Linguagem, Educação e Comunicação* – esperamos dar nossa contribuição para o debate sobre a relação entre linguagem hipermídia e processos formativos, à guisa de melhor compreender o impacto dessa linguagem na constituição das subjetividades e nas práticas sociais contemporâneas, com destaque para práticas educacionais.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max (1944). *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Trad. G. A. de Almeida. RJ: Jorge Zahar, 1985.

ANDRÉ, Marli. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Líber Livro, 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAIRON, Sérgio. *Hipermídia*. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. *In: Mágia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura.* Trad. Sérgio Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense: 1987. p. 114-119. Obras Escolhidas. v. 1.

BOGDAN Robert; BIKLEN, Sari K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.* Trad. Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BONILLA, Maria Helena; PRETO, Nelson. (orgs.). *Inclusão digital: polêmica contemporânea.* Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/4859/1/repositorio-Inclusao%20digital-polemica-final.pdf>. Acesso: fev. 2025.

BUZATO, Marcelo. Letramento digital abre portas para o conhecimento. *EducaRede*, 11 mar. 2003. Disponível em: http://www.educarede.org.br/educa/html/index_busca.cfm. Acesso: fev. 2025.

CLANDININ, Jean; CONNELLY, Michael. *Pesquisa Narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa.* Trad. GPNEP- ILEEL-UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CASTELLS, Manuel. *The rise of network society.* Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de Internet.* Trad. M. H. Díaz. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão.* Trad. de George I. Maissiat. São Paulo: Paulus, 1995.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HABERMAS, Jürgen. *Agir comunicativo e razão descentralizada*. Trad. L. Aragão. Revisão D. C. da Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas? *Como elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-57.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JOAQUIM, Bruno; VÓVIO, Cláudia; PESCE, Lucila. Inclusão e letramento digital na educação de jovens e adultos: Uma análise teórica sob a perspectiva decolonial. *Revista Linguagem em Foco*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 248–268, 2020. DOI: 10.46230/2674-8266-12-4053. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/4053>. Acesso: fev. 2025.

JOAQUIM, Bruno; PESCE, Lucila. Paulo Freire na genealogia decolonial: uma leitura de Extensão ou Comunicação? *Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás*, UFG. v. 16, n. ed. esp., 2021. p. 914-929. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/68056/37244> Acesso: fev. 2025.

JOHNSON, Steven. *Interface Culture: how new technology transforms the way we create and communicate*. New York (USA): Harper Edge (Harper Collins), 1997.

JOSSO, Marie-Christine. Histórias de vida e formação: suas funcionalidades em pesquisa, formação e práticas sociais. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*. Salvador, v.05, n. 13, p. 40-54, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/8423>>. Acesso: fev. 2025.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. 1999. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Trad. H. Monteiro e F. Settineri. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

LÉVY, Pierre. *Cyberculture*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1997.

LÉVY, Pierre. *A esfera semântica*. Tomo I. São Paulo: Annablume, 2014. (Coleção Atopos)

LIMA JR., Eduardo *et al.* Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, v.20, n.44, p.36-51, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso: fev. 2025.

MANOVICH, Lev. *The language of new media*. Cambridge: MIT Press, 2001.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. 505 p.

OLIVEIRA, Luiz; CANDAU, Vera. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*, 26, 1, abr. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>. Acesso: fev. 2025.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PESCE, Lucila. *As contradições da institucionalização da educação a distância, pelo Estado, nas políticas de formação de educadores*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tese, Pós-doutorado em Filosofia e História da Educação, 2007.

PESCE, Lucila. Interação dialógica: conceito freireano que pode ser vivenciado na educação básica brasileira. *Debates em Educação* (UFAL), v. 2, n. 3, jan.-jun. 2010. p. 1-15. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/62>. Acesso: fev. 2025.

PESCE, Lucila; BRUNO, Adriana R. Educação e inclusão digital: consistências e fragilidades no empoderamento dos grupos sociais. Dossiê - In/exclusão digital e Educação. *Educação* (PUC RS). v. 38, n. 03, set.-dez. 2015. p. 349-357. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21779> . Acesso: fev. 2025.

PESCE, Lucila; BRUNO, Adriana. Paulo Freire: contribuições para insurgências e resistências. *Revista de Educação Pública*. v. 31, jan-dez, 2022, p. 1-19. Disponível em: <https://doi.org/10.29286/rep.v31ijan/dez.13382>. Acesso: fev. 2025.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso: fev. 2005.

SANTOS, Edméa de O.; RIBEIRO, Mayara, R.; SANTOS, Rosemary. A educação on-line como dispositivo de pesquisa-formação na cibercultura. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 18, n. 56, p. 36-60, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v18n56/1981-416X-rde-18-56-36.pdf>. Acesso: fev. 2025.

SILVA, Helena *et al.* Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. *Ciências da Informação*, Brasília, v. 34, n. 21, jan.-abr. 2005, p.28-36. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf>. Acesso: fev. 2025.

STAKE, R. *The art of case study research*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

VOSGERAU, Dilmeire; ROMANOWSKI, Joana. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. Acesso: fev. 2025.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: In-surgir, re-existir e re-viver. *In.*: CANDAU, Vera, *Educação intercultural na América Latina: Entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. p. 12-44.

Legislação consultada

BRASIL (2025). Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.100-de-13-de-janeiro-de-2025-606772935>. Acesso: fev. 2025.